

Manuscrito aceito

Afrânio do Amaral, conflitos entre a ciência e a política: *Caso Butantan*

Afrânio do Amaral, conflicts between science and politics: Butantan Case

Nelson Ibañez¹

Olga Sofia Fabergé Alves²

¹ Professor adjunto de Medicina Social FCM da Santa Casa de São Paulo e Pesquisador do Centro de Memória do Instituto Butantan.

nelson.ibanez@butantan.gov.br

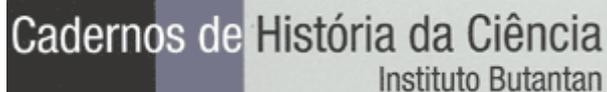
² Pesquisadora Científica do Centro de Memória do Instituto Butantan.

olga.alves@butantan.gov.br

Este artigo foi avaliado, revisado por pares e aceito para publicação. Ele está em processo final de publicação e pode sofrer alterações.

O artigo é considerado publicado na edição 14(1) dos Cadernos de História da Ciência e está registrado com o DOI:

<https://doi.org/10.47692/cadhistcienc.2020.v14.34222>



Cadernos de História da Ciência
Instituto Butantan

Resumo

O presente artigo aborda analiticamente a crise político-institucional conhecida como *Caso Butantan*, que tem como uma de suas figuras centrais o médico Afrânio do Amaral, então diretor do Instituto Butantan (IBu). Esse episódio da história da instituição evidencia conflitos de natureza interna ocorridos entre as décadas de 1920 e 1940, período em que o Butantan passou por profundas transformações na busca de uma nova institucionalidade, e conflitos de natureza externa, que revelam questões concernentes a mudanças na relação entre Estado, comunidade científica, mercado e instituição. Os referenciais teóricos utilizados para a análise foram os conceitos de *dependência de trajetória*, de Paul Pierson, e o de *campo científico*, de Pierre Bourdieu. Para a análise, utilizamos bibliografia específica e fontes documentais externas e

Manuscrito aceito

internas: relatórios de gestão, cartas e depoimentos, artigos de jornais e entrevistas. Nas considerações finais, são apresentadas discussões ligadas ao tema do capital científico entre lideranças, reconstruindo mudanças de poder, trajetórias e o papel dos institutos públicos e privados na área de produção de imunobiológicos e medicamentos. Uma síntese feita a partir das análises deste artigo, de certa forma, desmonta a visão de que as decisões que envolvem os institutos científicos e a saúde pública em São Paulo são tomadas apenas por atores institucionais ou seus pares, mas são influenciadas por visões de dirigentes paulistas das diferentes esferas administrativas e de governo, polarizadas por outros interesses e motivações que aqui são apenas evocados devido ao enfoque mais específico no IBu.

Abstract

This article aims to address analytically the political-institutional crisis known as the *Butantan Case*, which has as one of the central figures the doctor Afrânio do Amaral, at that time director of the Butantan Institute (IBu). This episode shows conflicts of an internal nature that occurred between the 1920s and 1940s, a period in which Butantan underwent profound transformations in the search for a new institutionality, and conflicts of an external nature, which reveal issues concerning changes in the relationship between the State, the scientific community, the market and the institution. The theoretical frameworks used in this study were: historical institutionalism and the concept of path dependence; the concept of field used by Bourdieu; and the concept of behavioral analysis. The review starts with the Legislative Assembly documentation of the State of São Paulo, which contains the speeches of parliamentarians and complementary documentation such as letters and testimonies. The analysis of internal conflicts and the search for new institutionality with the creation of the Experimental Medicine Center are contextualized by the political scenario and the position of the scientist and his beliefs. As final considerations, issues related to the theme of institutionality and the role of scientific capital among leaderships are highlighted by rebuilding changes in power and trajectories. Another point refers to the role of public and private institutes in the area of production of immunobiologicals and medications. The issues mentioned here, in a certain way, dismount the view that decisions involving scientific institutes

Manuscrito aceito

and public health are taken only by institutional actors or their peers, but are influenced by visions of the leaders of the different administrative and government spheres polarized by other interests and motivations, here only evoked by a more specific focus on the Butantan Institute.

Palavras-chave

Afrânio do Amaral. Caso Butantan. História institucional.

Keywords

Afrânio do Amaral. Butantan Case. Institutionalism. Historical institutionalism.

Introdução

O artigo aborda analiticamente a crise político-institucional conhecida como o *Caso Butantan*, que tem como uma de suas figuras centrais o então diretor do Instituto Butantan (IBu) Afrânio do Amaral³. Esse episódio da história institucional evidencia conflitos de natureza interna e externa ocorridos entre as décadas de 1920 e 1940, período em que o Butantan passou por profundas transformações enquanto buscava alterar sua estrutura com a criação do Centro de Medicina Experimental (IBAÑEZ *et al.*, 2006). Essas transformações tiveram como contexto externo questões relativas a mudanças na relação entre Estado, comunidade científica, mercado e instituição. Do ponto de vista político, associaram-se fatores ligados às disputas político-partidárias em São Paulo, que se iniciaram com as rupturas ocorridas em movimentos anteriores à Revolução de 1930 (criação da Liga Nacionalista de São Paulo, Revolta de 1924 e a criação do Partido Democrático) e que, neste caso, influenciaram os rumos da política paulista com a participação de diferentes atores ligados a Afrânio do Amaral.

Para a análise das transformações e conflitos ocorridos no Butantan no período mencionado, parte-se do referencial teórico do institucionalismo histórico cotejando-se dois conceitos. Primeiro, a história vista como elemento

³ Afrânio Pompílio Bastos do Amaral (Belém, PA, 1894 – São Paulo, SP, 1982) foi médico formado pela Faculdade de Medicina da Bahia e herpetólogo. Dirigiu o Instituto Butantan em diversos momentos – 1921, de 1928 a 1938 e de 1953 a 1956. Teve atuação internacional, passando pela Harvard University School of Public Health, em Boston, além de ter participado da criação do Antivenin Institute of America, na Philadelphia, ambos nos Estados Unidos. Dentre sua vasta obra científica, destaca-se o livro “Serpentes do Brasil – Iconografia colorida” com mais de 582 gravuras e descrições de serpentes brasileiras.

Manuscrito aceito

moldado pelas instituições que, por sua vez, redefinem um dado contexto interferindo nas posições dos atores sociais; em outras palavras, quando (re)conhecemos o papel das instituições, delimitando trajetórias de ação e contextos políticos e históricos específicos (PUTNAM, 1999). Segundo, a dependência da trajetória – *Path Dependence* (PIERSON, 2004) – que, no desenvolvimento institucional, privilegiaria a continuidade das trajetórias, vinculando-se sempre a uma concepção particular do desenvolvimento histórico, ou seja, a partir de sua gênese. As mudanças de trajetória implicam em modificações institucionais com continuidades e rupturas.

Outro referencial utilizado para a análise desse episódio é o conceito de *campo* (BOURDIEU, 2004). Segundo o autor, campo é o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a ciência, segundo leis sociais mais ou menos específicas. Referindo-se ao campo científico, argumenta que a estrutura das relações objetivas entre os diferentes agentes (que são as fontes do campo) comanda os pontos de vista, as intervenções científicas, os locais de publicação e os objetos a serem investigados. É essa estrutura que vai dizer o que pode e o que não pode ser feito. Assim, o conceito de intervenção sobre a estrutura é caracterizado pela distribuição do capital científico: o poder institucionalizado, ligado às posições hierárquicas nas instituições científicas e ao controle dos meios de produção e reprodução, e o poder específico do prestígio pessoal que, segundo o autor, repousa sobre o reconhecimento dos pares (BOURDIEU, 2004).

As fontes utilizadas para análise e reflexão dos fatos e que serviram de fio condutor da pesquisa sobre o *Caso Butantan* consistem em documentos, entrevistas, biografia e bibliografia específica. Os eixos de análise levantam questões do ponto de vista institucional, sobre de que forma as mudanças e conflitos internos ficam protegidas de decisões externas e de outras esferas de influência, e do ponto de vista dessa inserção institucional no mercado, levando em conta o limite de alternativas de mudanças provocadas por reações e interesses capazes de interromper esses processos, como as mudanças político-partidárias do período. Ademais, o artigo parte da análise do documento-chave produzido pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo sobre o chamado *Caso Butantan*.

Manuscrito aceito

O Caso Butantan

A documentação que sintetiza o *Caso Butantan* encontra-se no dossiê publicado pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 1936-1937), que contém discursos de parlamentares e a documentação que os embasa, como cartas, recortes de jornais e depoimentos. O protagonista dos discursos é o então deputado Adhemar de Barros, que questiona a probidade administrativa do diretor Afrânio do Amaral a partir de gastos de verbas provindas da produção de soros e vacinas, de processos administrativos irregulares, bem como suas condutas na direção do Instituto no sentido de desviá-lo de sua missão original. Adhemar não foi o único deputado a envolver-se ou a fazer denúncias sobre a situação do IBu; a não comprovação da maioria das acusações contra Afrânio do Amaral indicava que o caso foi gerado por divergências entre o diretor e seus desafetos internos e externos, e que essas divergências foram utilizadas politicamente. No caso do referido deputado “perrepista”, havia suspeitas de que seus discursos eram preparados por médicos e altos funcionários do Butantan (HAYASHI, 2005). Um resumo mais detalhado das acusações feitas por Adhemar de Barros corrobora as hipóteses sugeridas.

A acusação de negligência de Afrânio do Amaral e seu detalhamento técnico na fala do parlamentar sobre o caso da morte do cientista José Lemos Monteiro, no dia 6 de novembro de 1935, e de seu auxiliar técnico Edison Dias poucos dias antes, em 31 de outubro, ambos contaminados durante a execução de uma das fases da preparação de uma vacina contra o tifo exantemático, ilustram bem a instrumentalização política do fato. Trechos do Relatório de Gestão indicam possíveis aproveitamentos indevidos de trabalhos desses cientistas por parte do diretor.

Outro aspecto relatado nas falas e documentado em cartas é o uso político de funcionários do Butantan nas disputas entre diretores da instituição e seus grupos de apoio. O caso mais explicitado é o do Dr. Sebastião Calazans que, segundo Arthur Neiva⁴, estava em luta com o antigo diretor. Calazans

⁴ Arthur Neiva (Salvador, BA, 1880 — Rio de Janeiro, RJ, 1943) foi médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde foi discípulo de Oswaldo Cruz. Em 1915 e 1916, Neiva prestou serviços ao governo argentino e, nos dois anos seguintes, dirigiu o Serviço Sanitário do Estado de São Paulo. Em seguida, visitou diversos países como pesquisador do

Manuscrito aceito

entregou um relatório a Vital Brazil criticando o Instituto, afirmando ter encontrado vacina contaminada por estreptococos, além de relatar perda na concentração de soros, entre outros. Em resposta, Vital pede que Calazans se atentasse às informações, dizendo que dispensava seus comentários. Arthur Neiva convidou insistentemente Calazans para assumir o Instituto de Hygiene de Pelotas. Na carta a Afrânio, Neiva afirmou que Calazans “tomará conta do Instituto de Pelotas e de lá desviará o veneno que partilhava ao Instituto Vital Brazil”, sendo este um elemento importante caso Afrânio voltasse à direção do Instituto “para desmascarar o célebre Vital”. Este aspecto contraditório em tempos e contextos diferentes não anulam a disputa pelo poder dentro do Instituto pelos atores em questão.

Fatos relacionados com as sociedades firmadas entre Afrânio do Amaral e Monteiro Lobato (Sindicato Nacional de Indústria e Comércio S/A e, posteriormente, a Companhia Nacional de Ferro Puro S/A) também vêm à tona no processo pelo fato de os pesquisadores Lemos Monteiro, Raul Godinho e Bernardino Arantes terem participado, a convite do então diretor em 1931, como acionistas das mesmas em sua fundação. Em carta publicada nos Anais da Assembleia Legislativa, os pesquisadores questionaram, em março de 1935, a maneira como foi conduzido por seu presidente Afrânio do Amaral o destino da Companhia Nacional de Ferro Puro S A e o envolvimento dos pesquisadores no processo. Em depoimento à Comissão de Sindicância, Dr. Raul Godinho assim relatou o fato:

“Em 1931, quando ainda alguns médicos do Butantan, velhos companheiros e colegas do Dr. Afrânio do Amaral reconhecendo, embora grandes defeitos pessoais, grandes erros por ele cometidos, não punham em dúvida ainda a sua honestidade pessoal, por isso resolveram subscrever certo número de ações de uma companhia siderúrgica, cujo assunto ele assegura ter estudado profundamente durante sua permanência nos Estados Unidos.” (GODINHO apud Ibañez *et al.*, 2006, p. 97).

Este acontecimento externo ao Instituto tem outra determinante interna, que foi a realização de um concurso realizado após o falecimento do

Instituto Oswaldo Cruz. Foi diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro de 1923 a 1927 e no ano seguinte tornou-se diretor-superintendente do recém-fundado Instituto Biológico do Estado de São Paulo. Foi também político – logo após a Revolução de 1930, foi indicado interventor federal na Bahia.

Manuscrito aceito

pesquisador Lemos Monteiro em 1935, abrindo assim uma vaga para o Serviço de Virologia, no qual o Dr. Raul Godinho se viu preterido pelo então pesquisador Joaquim Travassos da Rosa, acusando-o de ser conivente com os desmandos de Afrânio no Instituto⁵. Os trabalhos da Assembleia Legislativa apontam irregularidades nesse concurso, bem como em um conjunto de ações administrativas, desde a gestão da Caixa Beneficente do Instituto, que sofreu um desfalque, até desvios de material para uso privado do diretor, construção de uma piscina em sua residência com recursos do Instituto, além de convênio com o Instituto do Café do Estado de São Paulo e estudo dos efeitos do café na fisiologia humana. Esses conflitos gerados no interior do Instituto partiram de questões mais amplas, como a definição do papel do Estado e as políticas públicas na área da saúde, o papel do setor privado em relação à produção de fármacos e imunobiológicos, além, evidentemente, de questões corporativas inerentes ao próprio Instituto.

As denúncias tratadas na Assembleia contemplavam extenso processo de oitiva e documentos e, em 1941, gerou a publicação de *Serpentes em crise – à luz de uma legítima defesa no Caso Butantan*, na qual Afrânio do Amaral fez sua justificativa. Sua defesa identificou como ponto central a disputa entre o interesse coletivo dos estabelecimentos públicos versus o personalismo de técnicos que adquiriam experiências no setor público e, no entanto, se voltaram para a indústria privada e concorrente. Os fatores dessa crise incluíam a falta de cultura do meio sobre os elevados objetivos da ciência, o que era agravado pela manipulação dos governantes; a crise de autoridade, complicada pela força crescente do funcionalismo; a burocracia explorada pelos governantes, além da remuneração insuficiente dos técnicos que buscavam na exploração mercantil o conforto e a independência que o Estado não poderia oferecer. Monteiro Lobato⁶, que prefaciou o livro de Afrânio, identificou a crise com a burocratização das instituições públicas, no interior das quais qualquer iniciativa empreendedora sofria represálias constantemente.

⁵ Para mais informações sobre o depoimento de Raul Godinho, ver PESSOA, 1986.

⁶ A ligação de Lobato às questões de saúde vem de seu envolvimento com figuras nacionais da saúde pública e da ciência, como Arthur Neiva, com quem manteve extensa correspondência desde 1916 até 1943 (Ibañez *et al.*, 2012).

Manuscrito aceito

Os conflitos internos e a busca de uma nova institucionalidade para o Butantan

Com a mudança na diretoria do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo, refletida na saída de Emílio Ribas⁷, uma nova proposta de institucionalidade para o Butantan, iniciada ainda durante a gestão de Vital Brazil, desencadeou a saída deste em 1919, após 18 anos na liderança no Instituto.

Das razões expressas por Vital Brazil, no Relatório de Gestão de 1918, constam um balanço negativo do contrato com a Casa Armbrust, em que:

“... apesar da grande produção, a despesa ultrapassou a receita, o que para tanto contribuiu a elevação de preços dos materiais empregados na indústria, as despesas com a criação de novos serviços e as condições onerosas do mau cumprimento do referido contrato. A firma, sem assumir os riscos da produção, ficava com a maior parte dos rendimentos” (INSTITUTO BUTANTAN, 2018).

Vital Brazil refere-se ainda a outros desentendimentos relacionados à orientação do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo que foram definitivos para o seu afastamento. Do ponto de vista do projeto institucional, a ampliação e a diversificação das atividades, a ingerência do Serviço Sanitário e a impossibilidade estrutural do serviço público em comercializar seus produtos são os motivos alegados pelo então diretor como fulcro de sua saída do Butantan (INSTITUTO BUTANTAN, 1918).

Outra questão que provocou polêmica foi a criação do Instituto Vital Brazil, em Niterói, pelo fato de apresentar características de instituição privada e de ter levado consigo os pesquisadores Dorival Camargo Penteado, Otávio de Moraes Veiga, Arlindo de Assis e Joaquim Crissiúma de Toledo, que originalmente pertenciam ao quadro do IBu.

As abordagens relativas à análise dessa primeira crise institucional provocada pela saída de Vital (BENCHIMOL; TEIXEIRA, 1993; SANTOS, 2003;

⁷ Emílio Marcondes Ribas (Pindamonhangaba, SP, 1862-São Paulo, SP, 1925) foi médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1887. Em 1895 foi nomeado inspetor sanitário no estado de São Paulo, iniciando sua batalha contra epidemias e endemias, como a de febre amarela, nas cidades do interior paulista. Foi um dos poucos médicos brasileiros que defendiam a transmissão da doença pelo mosquito *Aedes aegypti*, se deixando picar junto com Adolfo Lutz para provar a transmissão. Foi nomeado Diretor do Serviço Sanitário em 1898, cargo que ocupou até sua aposentadoria em 1917. Participou da consolidação da bacteriologia no estado de São Paulo e da criação de importantes instituições sanitárias como o Instituto Butantan.

Manuscrito aceito

TEIXEIRA, 2001) levantam questões mais gerais sobre a inserção do Butantan na reforma sanitária do estado de São Paulo, a crescente mercantilização de laboratórios de produção de vacinas, soros e medicamentos, bem como a criação de uma visão nacionalista da saúde pública voltada para uma nova agenda fora da área urbana.

Benchimol e Teixeira (1993) assinalam que a morte de Rodrigues Alves deitara por terra as esperanças de Arthur Neiva de protagonizar um novo ciclo de saneamento e modernização. A debandada que Vital Brazil liderou em junho de 1919 fez ruir o principal pilar de sustentação da reforma que empreendera Neiva nos serviços sanitários de São Paulo⁸.

A condenação dessa iniciativa teve como um dos protagonistas Afrânio do Amaral, que substituiu interinamente Vital Brazil no período de 1919 a 1921⁹.

Ribeiro (2006), ao discutir a formação da indústria farmacêutica nacional em São Paulo, chama ainda atenção para o Instituto Pinheiros¹⁰, criado em 1928, a exemplo do Instituto Vital Brazil, por dois médicos formados no Rio de Janeiro, Mário Augusto Pereira e Eduardo Vaz¹¹, que trabalharam no Butantan de 1925 a 1928 e que estiveram intimamente relacionados com a figura de Vital Brazil.

No Relatório de Gestão de 1928 (INSTITUTO BUTANTAN, 1928), Amaral atribuía a inimizade com Vital Brazil ao fato de haver se oposto ao “gesto personalíssimo e impatriótico” do ex-diretor, que desviara em massa os melhores técnicos do Butantan para o Instituto de Niterói.

⁸ A incorporação dos estudos e práticas relacionadas com a veterinária – como a criação de um curso no Butantan –, com as doenças vegetais, linhas de pesquisa concernentes às doenças parasitárias, com a entomologia e com a zoologia médica, bem como o desenvolvimento de ações articuladas pelo Estado contra as endemias rurais faziam parte das mudanças.

⁹ Vital Brazil reassumiu a direção do Instituto no período de 1924 até 1927. Afrânio retornou como diretor do Instituto em 1928.

¹⁰ Este Instituto teve um crescimento importante e, em 1957, figurava entre as 20 maiores indústrias farmacêuticas junto com mais três companhias de capital nacional (Giovani e Salles Filho, 1986). O Instituto Pinheiros seria o maior produtor de soros e vacinas, estabelecendo uma distribuição nacional de seus produtos. Foi comprado pela empresa Syntex americana na década de 1960, que tinha pouco interesse comercial na produção de imunobiológicos. Seu fechamento, em 1983, reorientou a política pública de saúde, tendo revertido parte do seu patrimônio para o Instituto Butantan e propiciado uma modernização dos institutos públicos.

¹¹ Eduardo Vaz era pesquisador contratado do IBu desde 1925, tendo sido responsável pela Seção de Tuberculose na segunda gestão de Vital Brazil. Com a saída de Vital foi para o Instituto Pinheiros. Foi diretor do Instituto Butantan entre 1947 e 1951.

Manuscrito aceito

Benchimol e Teixeira (1993) ainda relatam duas outras oposições públicas de Afrânio do Amaral em relação a Vital Brazil. Na primeira, Afrânio contesta o argumento adotado por aliados do último de que teria se retirado do instituto por culpa de Neiva, afirmando que Brazil saíra para defender seus interesses particulares, tendo, inclusive, tentado pouco tempo antes “obter patente pessoal para os soros antiofídicos preparados pelo Instituto Butantan, como se este produto representasse um descobrimento seu (Phisalix, Bertrande e Calmette produziam, desde 1894, soros contra serpentes do Velho Mundo) e como substâncias destinadas a saúde pública pudessem obter exclusividade”.

Outra fonte documental utilizada para a análise dos conflitos internos no período é a correspondência¹² de Arthur Neiva para Afrânio do Amaral. Trata-se de sete cartas datadas de setembro de 1926 a outubro de 1927, que corroboram a permanência do conflito entre Vital Brazil, Arthur Neiva e Afrânio do Amaral. Nessas missivas, Neiva relatou, entre assuntos menos específicos, dois grandes tópicos que permeavam todas elas. O primeiro, já referido, foi a indicação de Sebastião Calazans para o Instituto de Pelotas; e o segundo diz respeito à volta de Afrânio para a direção do Instituto.

O assunto foi comentado tendo como referência a criação do Instituto Biológico¹³:

“... o instituto que projetei parece que vae ser uma realidade, terá uma secção destinada à defesa animal, com preparo de soros e vacinas etc... Você em Butantan e eu no instituto [Biológico], de mãos dadas, poderemos fazer com tempo dançar miudinho àquela boa gente de Manguinhos que nos fez comer fogo, a nós ambos... Há dois dias tive o prazer de estar com seu sogro¹⁴ e longamente conversamos sobre seu caso” (NEIVA, 1927).

Neste contexto, tornava-se necessária uma tomada de posição por parte da Instituição e dos cientistas que integravam os quadros decisórios da saúde

¹² Acervo Instituto Butantan/Centro de Memória/Fundo Afrânio do Amaral.

¹³ O surgimento do Instituto Biológico remete a maio de 1924, quando uma forte praga assolou os cafezais paulistas. Não demorou muito para que a Secretaria da Agricultura criasse uma comissão dedicada ao estudo e combate do parasita – conhecido popularmente como broca (*Hypothenemus hampei*).

¹⁴ Antônio Carlos de Assumpção (Tietê, SP, 1872 – São Paulo, SP, 1952) foi advogado e político. Casou-se com Julieta de Souza Queiroz de Assumpção, neta do Barão de Souza Queiroz. Foi nomeado prefeito da capital pelo interventor de São Paulo Armando de Salles Oliveira, cargo que ocupou de 22 de agosto de 1933 a 06 de setembro de 1934.

Manuscrito aceito

pública paulista. Tanto Neiva quanto Vital Brazil tinham propostas claras relacionadas não só com a função do Butantan nesse cenário mais amplo, como também sobre as estratégias que consideravam mais adequadas. Longe de atuar como um personagem que rompeu com todo processo anterior, Amaral atuou mais como um “tertius” compondo com parte da elite paulistana ligada a Júlio Mesquita e Armando de Salles Oliveira, grupo que compactuava visões tanto em relação à criação da nova universidade pública, quanto à introdução da pesquisa básica e da carreira de pesquisador em tempo integral como elementos estratégicos para o IBu.

No que se refere aos atores das instituições públicas, a visão contraditória em relação ao público e ao privado estabelecidos por Afrânio do Amaral em contraposição à visão de Vital Brazil foi uma de suas tônicas na perspectiva de uma mudança institucional nos anos 1928-1938, com a proposta de transformação do Instituto em um “Centro de Medicina Experimental” (FERNANDES, 2008).

A criação do Centro de Medicina Experimental

Ao assumir a direção do Instituto em 1928, Afrânio do Amaral acumulava em seu currículo uma série de experiências adquiridas no exterior. Em 1917, com 23 anos, iniciou suas atividades no Instituto como médico auxiliar. Nesse período, recebeu prêmio de viagem com bolsas de estudos, entre elas, do Conselho Internacional de Saúde, com quatro teses para estudar – planejava organizar um Centro de Medicina Experimental dedicado à Patologia Humana. A sua estadia na Universidade de Harvard e a nomeação para dirigir o Antivenin Institute of America na Filadélfia foram utilizadas como credenciais para seu regresso e convite para a direção do Butantan em 1928¹⁵. Além disso, foi membro da comissão de criação da Universidade de São Paulo em 1934-1935 e trouxe para São Paulo cerca de onze pesquisadores estrangeiros, além de quadros do Instituto Oswaldo Cruz.

¹⁵ O Deputado Adhemar de Barros, em tom irônico, comenta o autoelogio publicado por Afrânio no Diário Oficial em 1929 nas seguintes linhas: “Ao incontestável prestígio científico de V. S. entre o corpo docente da Harvard Medical School devemos as facilidades com que encontramos abertas para nós todas as portas em que batemos, sem que sem título algum ou outras quaisquer recomendações que não fossem as do seu justo renome para introduzirmos em todos os múltiplos departamentos daquele vasto campo da ciência” PESSOA (1986)

Manuscrito aceito

Entre as estratégias que Afrânio do Amaral implementou no Instituto, a mais importante foi a elaboração de um projeto próprio a partir da manutenção de algumas atividades já existentes, transformando o Instituto em um Centro de Medicina Experimental. Isso se deu por influência de suas vivências no exterior na área de pesquisa básica e dedicação especial à investigação de Patologia Humana.

Assim, pelo Decreto nº 4891, de 12 de fevereiro de 1931, o Instituto foi desanexado da Diretoria Geral do Serviço Sanitário e subordinado à recém-criada Secretaria de Educação e Saúde Pública (IBAÑEZ *et al.*, 2006).

O Relatório de Gestão de 1932 informa que a reorganização prevista em 1931 para a instituição foi estruturada em pontos que deveriam ser implementados nos anos seguintes. Eram eles: aumentar o aporte financeiro; implantar as seções de Botânica Médica, Fisiopatologia Experimental, Química, Farmacologia e Citologia e Genética; estabelecer outras fontes de recursos para a manutenção do Instituto, como venda de plantas medicinais e outros produtos.

Afrânio do Amaral, ao fazer o balanço e projetar o futuro do Instituto, levou em consideração as questões abordadas acima referentes ao melhor desempenho da instituição pública ante as ameaças do setor privado. Outra questão defendida foi a melhor remuneração dos cientistas e efetivação do tempo integral de trabalho como fator importante de fixação dos quadros científicos no Instituto. Esse ponto era alvo de debates internos desde a gestão de Vital Brazil: discutia-se não somente a remuneração exígua e a ausência de uma política de incentivo aos pesquisadores, mas também a regulação da concomitância de atividades públicas e privadas, contemplando uma ética sobre o serviço público dos institutos. Tal ponto também foi fulcral no *Caso Butantan*.

No Butantan, conseguiu-se implementar as seguintes áreas: Físico-Química Experimental; Genética Experimental com Citoembriologia; Fisiopatologia Experimental com Endocrinologia e Fármaco-Biologia; Imunologia Experimental com Soroterapia; Vírus e Vírus-terapia; Botânica Médica com Farmacognosia, o que contou com a contratação de cientistas

Manuscrito aceito

estrangeiros¹⁶ acompanhando a criação da Universidade de São Paulo em 1934. A primeira universidade do país foi concebida dentro da Reforma Francisco Campos de 1931, da qual fez parte a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, voltada para formação de professores e realização de pesquisas em áreas desagregadas das faculdades tradicionais de Direito, Medicina e Engenharia, também incorporadas à universidade.

Na lista de pesquisadores contratados pelo Butantan, incluíram-se contratações realizadas após o período de gestão de Afrânio do Amaral, que terminou em 1938, mostrando o aumento da capacidade do Instituto com a priorização da pesquisa básica institucional.

De maneira geral, as metas de implementação dos laboratórios foram alcançadas. A nova crise surgiu, de certa forma, em função dessa reestruturação, mas também reabriu polêmicas geradas no período Vital Brazil¹⁷, agora trabalhadas no cenário da política partidária vigente.

Cenário político: movimentos e repercussões

O protagonismo de São Paulo no período chamado de “Primeira República” ou “República Velha” deu-se, em grande parte, por razões econômicas baseadas no modelo agroexportador de café e o início do processo de industrialização, além de políticas ligadas à hegemonia do Partido Republicano Paulista, que, com alternância de atores, manteve-se no poder durante todo o período.

No entanto, parte de uma nova elite ensaiava movimentos no sentido de criar uma agenda política e a inclusão de novas lideranças. São exemplos significativos, ainda da Primeira República, a Liga Nacionalista de São Paulo, a Rebelião de 1924, a criação do Partido Democrático – transformado em Partido

¹⁶ Para a seção de Química e Farmacologia Experimentais, veio Henrique Slotta (1935-1938) da Universidade de Breslau, na Alemanha, descobridor do hormônio feminino, a progesterona. Seus assistentes Klaus Neisser (1937-1938) e Gherard Szyszka (1935-1938) também vieram e, juntos, conseguiram isolar a crotoxina, proteína tóxica do veneno da cascavel, com a colaboração do pesquisador húngaro Dioniso von Klobusitsky (1931-1938), Sara Kaufmann (1931-1935) e Paulo König (1935 -1938). Para a Seção de Genética, veio Gertrud von Ubish (1935-1937). Para a área de Botânica Médica, foi contratado o brasileiro Waldemar Peckolt (1934-1936).

¹⁷ Ver carta do Sr. Hermínio Duarte, pai do então deputado Paulo Duarte, sobre as razões de sua exoneração do Instituto Butantan em 1929 (PESSOA, 1986).

Manuscrito aceito

Constitucionalista – e, no pós 1930, o movimento de 1932, o lançamento do manifesto integralista e a criação da Ação Integralista Brasileira.

Esses movimentos constituíram cenário importante na análise do *Caso Butantan*, em que a polarização dessas forças e atores ganharam um palco específico na Assembleia Legislativa de São Paulo.

Sem a pretensão de aprofundar a análise desses movimentos, abordaremos os fatos de maneira sintética apenas no sentido de correlacioná-los ao objeto do artigo em tela, enfocando os atores principais e a participação do então diretor, que se envolveu em alguns movimentos nacionalistas no período.

A Liga Nacionalista de São Paulo (LNSP) foi fundada em dezembro de 1916 e surgiu no seio do nacionalismo que se desenvolveu no país, fruto da eclosão da Primeira Guerra Mundial. Vinculada à Faculdade de Direito de São Paulo, a Liga tinha como objetivo o despertar e a organização da população paulista, preocupando-se, sobremaneira, com a ação. Entre suas principais bandeiras de luta, estavam a educação e o escotismo, o voto secreto e imperativo e o serviço militar obrigatório.

Da mesma forma que a LNSP, a Revista do Brasil (RB) tem suas raízes no nacionalismo surgido em função da Primeira Grande Guerra. Com nove anos de existência ininterrupta e publicação mensal, a RB foi o periódico de maior longevidade da Primeira República, totalizando 113 exemplares. Na maior parte do período foi dirigida por Monteiro Lobato.

Outro fato marcante foi a Rebelião de 1924, em que os descontentamentos gerados pela grave crise política e econômica apareceram: a cidade de São Paulo e sua população foram convulsionadas por uma rebelião militar, que acabou extrapolando para a esfera civil.

Outro foco de tensão no estado de São Paulo foi gerado pelas pressões que se intensificavam sobre o Partido Republicano Paulista (PRP), associadas à cada vez mais aguda questão social, representada, principalmente, pelos problemas com os operários e pelo aumento da luta pelos direitos dos cidadãos, o que se ligava às ideias de representação e justiça (CASALECCHI, 1987). Assim, alguns membros da classe dominante paulista passaram a criticar sistematicamente o governo e o partido.

Manuscrito aceito

A LNSP foi fechada após a Revolta de 1924 sob a suspeita de haver colaborado com os revoltosos, renascendo em seguida sob a denominação Liga do Voto Secreto¹⁸. Em 1926, seus fundadores¹⁹ voltaram a se reunir em torno do Partido Democrático de São Paulo

O Partido Democrático assumiu um importante destaque político e ideológico, pois se tornou a “primeira agremiação organizada e legal, que conseguiu, em São Paulo, sobreviver e inserir-se efetivamente nas lutas político-ideológicas travadas no período” (PRADO, 1986).

A Revolução de 1930, a derrota de Washington Luís e da candidatura de Júlio Prestes trouxeram uma ruptura com a política da Velha República, que, somada à crise de 1929, colocou São Paulo sob intervenção do governo federal. A primeira delas foi a nomeação do tenente João Alberto Lins de Barros²⁰ como interventor; suas ligações com intermediação de Arthur Neiva e Afrânio do Amaral são citadas no *Caso Butantan*²¹.

A reação paulista à Revolução de 30 foi o movimento armado ocorrido no estado de São Paulo entre julho e outubro de 1932, que tinha por objetivos derrubar o governo provisório de Getúlio Vargas e convocar uma Assembleia Nacional Constituinte. Diante do triunfo da Chapa Única por São Paulo Unido nas eleições constituintes de maio de 1933, quando os partidos tradicionais elegeram 17 dos 22 deputados da bancada, o governo federal percebeu que as intervenções militares em São Paulo não haviam sido benéficas para a consolidação dos postulados pregados pela Revolução de 1930. Em uma extensa relação de nomes, as preferências do Governo Provisório orientam-se segundo as reiteradas proposições de José Carlos de Macedo Soares, que foi o principal articulador da indicação de Armando de Salles Oliveira. Engenheiro, filho de pais portugueses e natural de Jacareí, Armando Salles era casado com

¹⁸ Apesar de todos os esforços, o voto secreto só seria instituído após a Revolução de 1930.

¹⁹ Vergueiro Steidel, Francisco Morato, Cardoso de Melo Neto, Gama Cerqueira, Waldemar Martins Ferreira e Reinaldo Porchat. Outro traço em comum é a vinculação de alguns deles ao jornal *O Estado de S. Paulo*. Além dos proprietários, estiveram envolvidos nos movimentos e atuaram na redação ou direção do jornal Rangel Pestana e Paulo Duarte (que dirigiu também o *Diário Nacional*). Nele ainda escreveu com regularidade Monteiro Lobato.

²⁰ João Alberto Lins de Barros foi um militar e político brasileiro que participou da Revolta Paulista de 1924 e da Coluna Prestes e foi interventor federal no governo de São Paulo de 26 de novembro de 1930 a 25 de julho de 1931. Sua nomeação como interventor em São Paulo (ele era pernambucano) foi uma das causas da Revolução Constitucionalista de 1932, que opôs os paulistas ao governo federal comandado por Getúlio Vargas após o Golpe de 1930.

²¹ A criação do Centro de Medicina Experimental em 1931 teria sido feita pelo interventor sem um processo formal.

Manuscrito aceito

uma irmã de Júlio de Mesquita Filho. Armando Salles de Oliveira foi indicado interventor do governo paulista em agosto de 1933. Fundou o Partido Constitucionalista em 24 de fevereiro de 1934 com oriundos do Partido Democrático e dissidentes do antigo PRP²². Todos os partidos foram extintos por decreto de 2 de dezembro de 1937, logo após a instauração do Estado Novo.

Outro movimento de cunho nacionalista que contou com a participação de Afrânio foi o Integralismo. A Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento de inspiração fascista mais importante organizado no Brasil, fundado por Plínio Salgado em 1932, tornou-se o primeiro partido nacional com uma organização de massa implantada em todo o país, cuja força política foi estimada, em 1936, entre 600 mil e 1 milhão de adeptos. A AIB lançou um Manifesto com seu programa e a candidatura de Plínio Salgado à Presidência da República, tornando-se uma ameaça eleitoral à sucessão do presidente Getúlio Vargas, que extinguiu todos os partidos e instaurou o Estado Novo em 1937.

A recomposição de forças em São Paulo e a instauração do Estado Novo fizeram com que Adhemar de Barros se tornasse o novo interventor no Estado, colocando um fim nesse episódio, temporariamente, com a destituição de Afrânio do Amaral da diretoria do Instituto.

O cientista, suas crenças e a política do período

Crenças fortemente arraigadas em seu comportamento político foram as ligadas ao nacionalismo e a uma visão cristã e mais conservadora que, de certa forma, marcaram sua trajetória nesse período.

A utilização do termo *política* dentro do contexto cultural da época não se referia à ocupação de cargos notadamente políticos e sujeitos a um tipo de participação mais efetiva em partidos, mas definia uma das características

²² O PRP foi severamente afetado pela dissidência. Saíram de suas fileiras para ingressar no Partido Constitucionalista: Abelardo Vergueiro César, Alarico Caiubi, Alfredo Cecílio Lopes, Antônio Pereira Lima, Aristides Silveira da Fonseca, Machado Florence, Brasília Machado Neto, Cândido Mota Filho, Carlos Reis de Magalhães, Cori Gomes de Almeida, Dagoberto Sales, Francisco Vieira, Generoso Alves de Siqueira, Joaquim Pennino, Luís Piza Sobrinho, Benedito Serpa, Renato Pais de Barros, Samuel Junqueira Franco, Zózimo de Abreu e, mais tarde, o escritor Alcântara Machado. (SOUSA, 2012).

Manuscrito aceito

importantes de sua inserção em vários movimentos do período e sua relação com atores que comungavam tais concepções. A filha de Afrânio acredita que ele, embora tenha participado de alguns movimentos políticos, não tinha a cabeça de um político.

A reconstrução dos cenários feita no tópico anterior, principalmente em relação às correntes nacionalistas, nos ajuda a identificar atores-chave envolvidos em sua trajetória. Os nomes recorrentes nas fontes pesquisadas e presentes em sua carreira são os de Arthur Neiva, Monteiro Lobato e do tenentista Juarez Távora, além de Armando de Salles Oliveira e Plínio Barreto.

Sobre o cientista, o depoimento²³ (AMARAL, 2010) da sua filha exclui a questão da política como foco de sua atuação. A definição é de que:

“... ele era mais técnico, nunca foi... nunca quis ser candidato a nada. Nunca ingressou em algum partido. Acho que, tenho impressão que ele não ingressou em partido nenhum... lembro que meu avô havia sido prefeito de São Paulo²⁴, o avô do lado de minha mãe. Ele achava isso da política, apesar de vovô ter sido e papai já era casado, prefeito de São Paulo. Mas não era prefeito eleito naquele tempo”. (AMARAL, 2010)

O reforço da ligação de Afrânio com o grupo de Armando Salles e dos atores ligados ao grupo de Júlio Mesquita tem um papel de destaque no embate travado na Assembleia, dividindo o plenário entre um grupo opositor ao interventor e os representantes do então Partido Constitucionalista apoiador de Salles.

O genro de Afrânio relata na entrevista citada os seguintes pontos:

“Durante a briga ele [Adhemar] era deputado estadual, mas como deputado ele começou a atacar Dr. Afrânio por causa da residência [construída no Butantan], que havia uma piscina, mas era muito modesta, não era bem uma piscina, era um poço, não é?... Mas o Dr. Afrânio que era homem de briga, ele não dava moleza não. Ele retrucava pelo Correio Paulistano, aliás, perdão, pelo O Estado de São Paulo, que era do Júlio Mesquita Filho. E o Adhemar atacava pela Assembleia, e a publicação saía no Correio Paulistano, que era do PRP, então era o PRP contra o PD que era o Partido Democrata. Tomava-se partido, não é?” (AMARAL, 2010).

²³ Entrevista realizada por FERNANDES, S.C.G.; IBÁÑEZ, N. e CALLEFFO, M.E.V., São Paulo, agosto de 2010.

²⁴ Antônio Carlos de Assumpção (Tietê, 30 de janeiro de 1872 — São Paulo, 15 de maio de 1952) foi um advogado e político. Foi prefeito de São Paulo de 22 de agosto de 1933 a 06 de setembro de 1934. Nomeado por Armando Salles de Oliveira, então interventor de São Paulo.

Manuscrito aceito

Em outro trecho da entrevista com sua família, filha e genro referem-se à sua crença e ligação com diferentes companheiros de atuação:

“Meu pai era apaixonado pelo Brasil [...]. A parte de ferro, petróleo e tudo foi do grupo nacionalista, sem dúvida nenhuma. Monteiro Lobato, Dr. Afrânio, Juarez, Plínio Barreto. Deve ter uma sociedade aí... Isso, logo que o Getúlio perdeu a eleição e ganhou a Revolução de 1930. Agora o Juarez, o Afrânio e acho que aí entrou também o Monteiro Lobato com o negócio de Petróleo e mais ferro e siderurgia, estavam fazendo umas obras juntas, uns trabalhos, umas campanhas juntas e mais um grupo é claro, mais amplo. Mas acho que nessa estava o Monteiro Lobato também, porque o Monteiro estava muito ligado ao petróleo, não é? [...] Eles eram amigos de frequentar a casa. Porque o Monteiro Lobato, por exemplo, teve uma associação. A gente viu que eles tinham lá uma coisa na siderurgia e o Monteiro defende o Afrânio no prefácio...” (Amaral, 2010).

Essa relação de Afrânio com empresas é um dos pontos de ataque de seus adversários na Assembleia de São Paulo. Sob o título “Actividades Comerciais”, são assim formuladas as denúncias:

“... em vez de dedicar-se exclusivamente ao serviço do Instituto, dirige e faz parte de diversas empresas comerciais, a saber: 1º é sócio da firma Bonilha e Cia...; 2º é diretor do Sindicato Nacional de Industria e Comercio S.A.; 3º é diretor da Companhia Nutra S.A. ; 4º é diretor da Companhia Nacional de Ferro Puro (SÃO PAULO, 1936)

Outro trecho registrado na entrevista citada coloca a relação com Juarez Távora em evidência:

“Eu acho que um pouco eles entraram também, aí ingressando também o Juarez Távora, que era muito amigo do Dr. Afrânio, muito amigo do Leopoldo²⁵ também. O Leopoldo foi interventor na Bahia por influência do Juarez Távora. Que na Revolução de 1930 o Juarez era o vice-rei do Nordeste. O rei era o Getúlio, não é... que tinha ganho a eleição, aliás a Revolução pois ele perdeu a eleição e ganhou a revolução...” (AMARAL, 2010).

²⁵ Leopoldo Afrânio Bastos do Amaral (Belém, PA, 1893 – Salvador, BA, 1965) foi um engenheiro, jornalista, professor e político brasileiro radicado na Bahia. Era filho do militar do Exército José do Amaral e de Benvinda Bastos do Amaral. Formou-se engenheiro geógrafo pela Escola Politécnica da Bahia no ano de 1913 e, ainda estudante, fora nomeado pelo então governador J. J. Seabra diretor da Estrada de Ferro de Nazaré (1912 a 1916). Em 1915 graduou-se engenheiro civil e em 1917 foi aprovado em concurso para lecionar na Escola Politécnica. Em 1929 integrou a Aliança Liberal, movimento que no ano seguinte levou ao poder Getúlio Vargas. Este, então, o nomeou prefeito de Salvador, mas logo o fez interventor no governo estadual (de 01 de novembro de 1930 a 18 de fevereiro de 1931), substituindo o general Ataliba Jacinto Osório. Exerceu a função até a posse do interventor definitivo Arthur Neiva em fevereiro de 1931.

Manuscrito aceito

A indicação de Leopoldo do Amaral feita em novembro de 1930 contou com o apoio de Juarez Távora, responsável pela coordenação do movimento tenentista no Nordeste. Segundo Pinho (2011), o motivo da permanência no cargo por dois meses apenas deveu-se à sua primeira medida à frente do governo: mandar prender e desarmar todos os coronéis. O segundo interventor também indicado por Juarez Távora foi o médico sanitaria Arthur Neiva, nomeado em janeiro de 1931 e que, apesar de revogar a medida de seu antecessor, também acabou criando problemas com os coronéis, saindo sete meses após sua nomeação (PINHO, 2011).

A visão nacional desenvolvimentista de Afrânio pode ser inferida a partir de diversas atividades e relações com atores sociais da época, e que serão elementos de questionamento por parte de seus opositores.

Um fato importante pouco conhecido da biografia de Afrânio foi sua filiação ao Partido Integralista no ano de 1933, à época com 39 anos, já diretor e residindo no IBu²⁶. Outro expoente da saúde da época que aderiu ao Integralismo foi Belisário Penna²⁷, companheiro sanitaria de Arthur Neiva, responsável pela expedição pelo interior do Brasil e pela criação da Liga Pró-Saneamento.

Afrânio do Amaral foi demitido do Butantan em 1938, assim que Adhemar de Barros foi nomeado interventor em São Paulo por Getúlio Vargas. *Então o ato número um dele, qual foi? Demissão do Dr. Afrânio*. Sua defesa foi feita por Plínio Barreto “Só que o Dr. Afrânio era funcionário efetivo e ingressou com uma ação na justiça com Plínio Barreto²⁸ que era um excelente advogado

²⁶ Documento da Secretaria de Segurança Pública, lista de filiados ao Partido Integralista. Pesquisa realizada no acervo do Arquivo Público do estado de São Paulo.

²⁷ Belisário Augusto de Oliveira Penna (Barbacena, MG, 1868 - Engenheiro Paulo de Frontin, RJ, 1939) foi um médico sanitaria brasileiro. Filho do Visconde de Carandaí, formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1890 e retornou a Minas Gerais, seu estado natal, onde clinicou por alguns anos. Foi eleito vereador em Juiz de Fora e em 1932 ingressou na Ação Integralista Brasileira, tendo sido membro da *Câmara dos 40*, órgão supremo da entidade. Ver também Belisário Penna: notas fotobiográficas Hist. cienc. saude-Manguinhos vol.9, no.2, Rio de Janeiro: May/Aug.2002.

²⁸ Plínio Barreto (Campinas, SP, 1882 - 1958) foi jornalista, governador provisório de São Paulo por menos de um mês (novembro de 1930) e apoiador da Revolução de 1932. Em 1934 se engajou na candidatura de Armando de Salles Oliveira, nomeado governador de São Paulo. Plínio Barreto continuou como redator-chefe de *O Estado de S. Paulo* até 1940, quando o governo promoveu uma intervenção mais direta na redação do jornal. Foi eleito deputado constituinte (1946 a 1951) pela União Democrática Nacional (UDN), tendo sido muito atuante. Era membro da Liga Nacionalista, organização criada em 1917 que defendia o serviço militar obrigatório e o voto secreto. *O Estado de S. Paulo* dava à liga, cuja direção era composta por

Manuscrito aceito

naqueles dias. O Plínio Barreto que foi o advogado dele. Durou anos, e o Dr. Afrânio ganhou do Adhemar e voltou ao Butantan” (Amaral, 2010). Isso aconteceu em 1953 por um mandado de segurança.

A figura de Afrânio do Amaral como cientista e liderança de mudanças institucionais importantes no Butantan foi explorada na análise do *Caso Butantan* mediante os conflitos internos gerados por sua atuação. As diferentes inserções do diretor, suas crenças e atuação nesse período político foram construídas e alicerçadas em depoimentos, entrevistas, documentos do cientista e de outros atores ligados à sua trajetória.

Considerações finais

A reflexão sobre esse episódio da história do Instituto Butantan e a ligação com o então diretor Afrânio do Amaral, à luz do referencial teórico utilizado na análise, nos permite evidenciar três questões centrais para o entendimento dos processos descritos.

A primeira delas refere-se às questões ligadas ao tema da institucionalidade e papel do capital científico entre lideranças, reconstruindo mudança de poder e trajetórias.

As novas propostas feitas por Arthur Neiva e as mudanças de Afrânio do Amaral com a criação do Centro de Medicina Experimental, envolveram críticas à condução de Vital Brazil, de natureza pessoal e institucional.

Esse conflito explicita a distribuição do capital científico entre as lideranças em evidência, o poder institucionalizado ligado às hierarquias nas instituições científicas e ao controle dos meios de produção e reprodução, e o poder específico do prestígio pessoal. Esses fatos foram lidos de formas diferentes pelos atores e cientistas dentro do Instituto e houve uma consequente articulação com forças externas, provocando, em um primeiro período, um acomodamento favorável às mudanças e, em outro, a reação explícita contrária.

O *Caso Butantan* foi um divisor de águas que deu a Afrânio uma vitória parcial e um período de inércia de seu projeto até 1947, quando Eduardo Vaz,

Manuscrito aceito

então ligado ao Instituto Pinheiros e claramente favorável às concepções de Vital Brazil, assumiu a direção do Butantan. A pergunta sobre se esse processo resultou em uma mudança institucional tem sua resposta dada pelo conceito de dependência de trajetória, em que as mudanças se dão nos limites de suas possibilidades a partir da gênese institucional. Ou seja, pode-se dizer que o formato do IBu se alterou a partir da gestão de Afrânio, conformando, até os dias atuais, a missão ante a saúde pública; de certa forma, a visão dos partidários de Vital Brazil e a consolidação da pesquisa básica e aplicada, introduzida pelo direcionamento dado após a criação do Centro de Medicina Experimental.

A segunda questão refere-se ao papel dos institutos públicos e privados na área de produção de imunobiológicos e medicamentos. Nesse período, a discussão passava, como já abordado, pela interação e participação ativa de cientistas nas diferentes instituições públicas e privadas. A nascente indústria farmacêutica privada paulista, com menos exigências do que o período subsequente pós 1950 (Ibañez et al. 2006), assumiu um papel importante, colocando o instituto em um papel secundário. Fica evidente que as posições dos dirigentes públicos e cientistas sobre o assunto foi controversa, mantendo discursos institucionais sobre a ética pública e interesses da saúde pública, ao mesmo tempo que participavam de iniciativas privadas em laboratórios e congêneres. A questão da política pública referente ao pagamento insuficiente de pesquisadores é uma outra questão desse período que permanece até o momento e que, pela ausência de agências de fomento e outras formas de buscar apoio aos seus empreendimentos e sustentabilidade, geravam uma série de procedimentos alternativos, de certa forma legitimadas entre os pares, tais como: consultorias, duplos vínculos, participação em ações e companhias, migração para o exterior, entre outros.

Por fim, o debate na esfera política dessas questões trazidas ao longo deste artigo é atravessado por disputas mais amplas entre as elites participantes do processo político estadual e as mudanças relativas à Revolução de 1930 e posterior criação do Estado Novo.

Os fatos aqui apontados, de certa forma, desmontam a visão de que as decisões que envolvem os institutos científicos e a saúde pública são tomadas apenas por atores institucionais ou seus pares, mas são influenciadas por

Manuscrito aceito

visões de dirigentes paulistas das diferentes esferas administrativas e de governo, polarizadas por outros interesses e motivações, aqui apenas evocados por um enfoque mais específico no Instituto Butantan.



Figura 1: Foto de Afrânio e seus irmãos homens. Sentados: Afrânio Pompílio Bastos do Amaral e Leopoldo Bastos do Amaral. Em pé: Orlando Bastos de Menezes, Osvaldo Bastos de Menezes, Lourival Bastos de Menezes e Durval Bastos de Menezes. Rio de Janeiro, RJ. 1939. Fotografia gentilmente cedida por Marília Bastos de Menezes Lopes, filha de Osvaldo, também cientista e diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (1975-80). Coleção particular. Capturado em: <https://www.geni.com>.

Manuscrito aceito

Cutis	<u>REVISTA</u>	<u>SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA</u>	
Cabelos		<u>DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL</u>	
Bigodes		Ficha n.º	Nome: AFRÂNIO DO AMARAL
Olhos	W.R.S.	Data: 11.5.945	Vulgo:
Estatura		Prontuário Delegacia n.º	-48.448-
Marcas		Prontuário geral n.º	-612.250-
		Atividade	
Filiação: — Pai: JOSÉ BRANSFORD (GURGEL) AMARAL Mãe: BENVINDA (ALENCAR ARARIPE) BASTOS DO AMARAL			
Idade: _____ anos. Nascido em 1 de DEZEMBRO de 1.919 Sexo: _____			
Nacionalidade: BRASILEIRA Natural de: BELÉM - DO PARÁ			
Estado civil: CASADO Profissão: _____			
Ordenado: Cr.\$ _____ Local de trabalho: _____			
Residências: INSTITUTO BUTANTAN-BAIRRO DO PINHEIRO			
É sindicalizado? _____ Sindicato e locais que costuma frequentar: _____			
T. G. I. - Mod. 67			

Figura 2: Documento anexado ao prontuário de Afrânio Amaral, nº 48.448. São Paulo, década de 1940. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo do DEOPS-SP. BR SPAPESP SSP, 12 SG6.

Manuscrito aceito

ACÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA S. P. O. P.
PROVINCIA DE SÃO PAULO

Nome: Afrânio de Amaral na Província _____
N.º no Município _____
N.º no Distrito _____

Idade: 42 anos (nascido em 09 de XII de 1894)

Pai: José Porcospord (Gurgel) de Amaral

Mãe: Benygnê (Alencar Araripa) Bastos de Amaral

Estado civil: casado Natural de Salem, Para

Residência: Instituto Butantan n.º _____
Bairro: Pinheiros Phone: 8.1552

JURAMENTO
Juro por Deus e pela minha honra trabalhar pela Acção Integralista Brasileira, executando, sem discutir, as ordens do chefe nacional e dos meus superiores.

Firma: Afrânio de Amaral
Apresentado por: _____
Data da Inscrição: _____

PHOTOGRAPHIA

CARACTERÍSTICOS:
Cór: branca clara
Cabellos: cast. escuros
Olhos: verdes - cinza
Barba: raspado
Bigode: raspado
Marcas: _____
Cicatrices: _____

ACERVO DO DEOPS-SP

Figura 3: Documento anexado ao prontuário de Afrânio Amaral, nº 48.448. São Paulo, década de 1940. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo do DEOPS-SP. BR SPAPESP SSP, 12 SG6.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Sabrina. Vital Brazil e o caso da Casa Armbrust, as relações entre a ciência, os cientistas e a gestão da saúde pública. **Cadernos de História da Ciência**, São Paulo, v. 10, n. 1, página, jan./jun. 2014

AMARAL, Alda. [Entrevista cedida a] Nelson Ibañez, Suzana César Gouveia Fernandes e CALLEFFO, M.E.V. Centro de Memória do Instituto Butantan, ago. 2010.

BENCHIMOL, Jaime L.; TEIXEIRA, Luiz A. **Cobras, lagartos e outros bichos: uma história comparada dos Institutos Oswaldo Cruz e Butantan**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1993.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Unesp, 2004. 86 p.

CASALECCHI, José Enio. **O Partido Republicano Paulista: política e poder, 1889-1926**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Manuscrito aceito

FERNANDES, Suzana C. G. **O Instituto Butantan de 1928 a 1947: estratégias científicas e a busca de um modelo institucional para a saúde.** 2008. Tese (Doutorado) - FFLCH-USP, São Paulo, 2008.

HAYASHI, Marli G. Adhemar de Barros no Parlamento Paulista. **Acervo Histórico**, São Paulo, n.4, p. 2-11, 01 ago. 2005.

IBAÑEZ, Nelson et al. De Instituto Soroterápico a Centro de Medicina Experimental: institucionalização do Butantan no período de 1920 a 1940. **Cadernos de História da Ciência**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 77-103, 2006

IBAÑEZ, Nelson et al. Homens modernos e um novo modelo para o Brasil: a correspondência entre Monteiro Lobato e Arthur Neiva (1918-42). **Cadernos de História da Ciência**, São Paulo, v. 8, n. 2, jul./dez. 2012.

INSTITUTO BUTANTAN. **Relatório de gestão.** São Paulo: Centro de Memória do Instituto Butantan, 1918.

INSTITUTO BUTANTAN. **Relatório de gestão.** São Paulo: Centro de Memória do Instituto Butantan, 1928.

INSTITUTO BUTANTAN. **Relatório de gestão.** São Paulo: Centro de Memória do Instituto Butantan, 1932.

NEIVA, Arthur. **[Correspondência]**. Destinatário: Afrânio do Amaral. São Paulo, 22, outubro, 1927. 1 carta. Acervo do Centro de Memória do Instituto Butantan.

PESSOA, Frederico Ozanam de (org.). **Adhemar de Barros na Assembleia Constituinte e na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1986.

PIERSON, Paul. **Politics in time: history, institutions, and social analysis.** New Jersey: Princeton University Press, 2004.

PINHO, Ana Luiza A. C. A. **De militar a líder político: a interventoria de Juracy Magalhães na Bahia (1931-1934).** In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., jul. 2011, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: ANPUH, 2011.

PRADO, Maria Ligia C. **A democracia ilustrada: o Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934.** São Paulo: Ática, 1986.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

RIBEIRO, Maria Alice R. **Indústria farmacêutica na era Vargas: São Paulo 1930-1945.** Cadernos de História da Ciência, São Paulo, v. 2, n.1, p. 47-76, jan./jul. 2006

SANTOS, Luiz A. C. **O pensamento social no Brasil: pequenos estudos.** Campinas: Edunicamp, 2003.

Manuscrito aceito

SÃO PAULO (ESTADO). **O Caso do Instituto Butantan**. São Paulo: Assembléia Legislativa do Estado de S. Paulo, 1936.

SOUSA, Carolina Soares. **Política**: a arte de lembrar e de esquecer. Os projetos políticos paulistas (1933-1934). 2012. Dissertação (Mestrado) - UnB, Brasília, 2012.

TEIXEIRA, Luiz A. Repensando a História do Instituto Butantan. In: DANTES, Maria Amélia M. (org.). **Espaços da Ciência no Brasil**: 1800-1930. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.